

PLANO COLOR: APOIAR E AJUSTAR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O Estado de S. Paulo, 19/03/90

O Plano Collor de estabilização é corajoso, coerente e drástico. Porque é corajoso e drástico, é arriscado. Tem, entretanto, todas as condições para dar certo, desde que tenha ao apoio da sociedade e do Congresso. Neste momento é um dever apoiá-lo, ao mesmo tempo que se esperam do governo os necessários ajustamentos, especialmente em relação à redução da liquidez que quase certamente foi excessiva.

A coerência do plano é inegável. As quatro políticas que o compõem estão na linha certa. A política de ajustamento fiscal é forte e progressista. Na parte tributária temos a eliminação dos títulos ao portador, eliminação do sigilo bancário, tributação dos rendimentos de capital, imposto sobre grandes fortunas, imposto de renda sobre a agricultura e as exportações, elevação do IPI e do IOF. São antigas aspirações dos tributaristas modernos que agora se concretizam. No campo da despesa a opção foi eliminar empresas e departamentos. Demiti-me do Ministério da Fazenda exatamente porque não consegui apoio do Presidente e da sociedade para um conjunto de medidas semelhante a esse.

A política de comércio exterior também está absolutamente correta. Liberaliza o comércio exterior, reduzindo os controles quantitativos e apoiando a proteção no sistema tarifário do qual são eliminados dois institutos nefandos: as isenções tarifárias e o adicional do Fundo da Marinha Mercante.

A política de rendas está correta. O congelamento por tempo muito limitado, com o nome de controle estrito de preço, era necessário. Caso contrário os custos sociais da estabilização seriam muito maiores. A regra dos salários está bem pensada. Teria sido melhor usar a inflação de março ao invés da de fevereiro para corrigir os salários de março. Assim essa ridícula discussão sobre o roubo da inflação de março teria sido diminuída. Os salários relativos à inflação de março estão sendo corrigidos, utilizando-se, por motivos práticos, a inflação de fevereiro como indexador. O único prejuízo pelos trabalhadores está na diferença entre a inflação de março e a de fevereiro: se a inflação de março for de 80 por cento o prejuízo seria de 7 por cento,

dados os 73 por cento de fevereiro. Em seguida os salários serão corrigidos pela inflação prevista do mês, o que é correto desde que a previsão seja realista.

A controversa real está na reforma monetária. A retenção de cerca de 80 por cento dos ativos financeiros na forma de cruzados, que se poderão ser utilizados para o pagamento de obrigações, representa um aperto de liquidez muito violento e indiscriminado. Além disso, embora não haja confisco, dá a impressão a todos, inclusive aos pequenos poupadores, de que foram confiscados. Uma medida dessas deveria ser tomada em um segundo momento, se, de fato, os agentes econômicos, depois do plano de estabilização, começassem a transformar sua liquidez em ativos reais. Mas a medida já está tomada. É coerente com a decisão de colocar todas as fichas no combate à inflação. De fazer uma aposta máxima na estabilização. Agora devemos deixar de lado o nervosismo e a indignação que sempre acontece quando o mexem no nosso bolso e tratar de apoiar a medida.

Mas apoiá-la ao mesmo tempo que se deixa claro ao governo uma coisa que, aliás, Zélia já deixou muito claro nas suas entrevistas: esse aperto de liquidez poderá ser ajustado a qualquer momento. E não apenas através dos leilões de liquidez e da redução do prazo de retenção dos ativos, mas também através de mudanças graduais no coeficiente de retenção, assim que fique claro que a inflação foi dominada. O governo tem agora o enorme poder de determinar a liquidez do sistema: deve usar esse poder como um instrumento normal de política econômica.

O único erro claro foi liberalizar a taxa de câmbio. Teria sido melhor fazer uma máxi e em seguida congelar a taxa. Agora, com o aperto de liquidez, corremos o risco de uma valorização relativa do cruzeiro, quando era necessário, para viabilizar as exportações, uma desvalorização em torno de 30 por cento.

Nenhum de nós faria um plano exatamente igual ao Plano Collor. Mas agora ele está feito. Repito que é coerente e corajoso. Temos o dever patriótico de apoiá-lo ao mesmo tempo que propomos ajustamentos do plano. Não apoiá-lo o levará ao fracasso, um fracasso cujas conseqüências serão trágicas para toda a Nação.